

PRONASCI

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM



República Federativa do Brasil

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Justiça

Ministro da Justiça
Tarso Genro

Secretaria Executiva
Luiz Paulo Teles Barreto

Secretaria Executiva do Pronasci
Ronaldo Teixeira

Assessoria Federativa

Assessor Especial do Gabinete do Ministro
Juarez Pinheiro

Equipe
Eunice Rossi
Liane Sodré
Magda Fernanda Medeiros Fernandes



GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM

Ministério
da Justiça



SUMÁRIO

<i>Apresentação.....</i>	<i>5</i>
<i>Pronasci – O novo paradigma da segurança pública.....</i>	<i>7</i>
<i>Segurança Pública: Compromisso de todos</i>	<i>10</i>
<i>O Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM</i>	<i>14</i>
<i>Conhecendo o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM</i>	<i>17</i>
<i>Histórico</i>	<i>17</i>
<i>Composição e Funcionamento.....</i>	<i>20</i>
<i>Gestão.....</i>	<i>24</i>
<i>Observatório de segurança pública</i>	<i>28</i>
<i>Sala de situação e operação</i>	<i>31</i>
<i>Espaço multidisciplinar de prevenção</i>	<i>34</i>
<i>Estrutura de formação e qualificação</i>	<i>36</i>
<i>Participação Social.....</i>	<i>38</i>
<i>Diagrama conceitual</i>	<i>39</i>
<i>Referências</i>	<i>40</i>

APRESENTAÇÃO

Este Guia sobre o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM é um instrumento para apoiar os municípios na gestão do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. Trata-se de um conjunto de informações teóricas e técnicas relativas ao Pronasci e, em particular, ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, que apresenta desde a concepção, organização e funções do gabinete, dentre outras, a informações práticas e relevantes para sua implantação e execução.

O GGIM acolhe um novo modelo de gestão integrada da segurança, que altera, de maneira paradigmática, a forma de o Estado enfrentar a violência e a criminalidade. Segundo esse modelo, o Estado deixa de intervir apenas de forma criminalizadora – atuando, na maioria das vezes, após o cometimento do delito – e passa também a agir preventivamente, por meio de ações sociais, evitando que esse delito venha a ocorrer.

Desenvolvido no âmbito da Assessoria Federativa do Ministério da Justiça, este Guia pretende fortalecer a parceria entre o Governo federal e os municípios, reafirmando a importância do protagonismo municipal no enfrentamento do crime e da violência.

Aos municípios que não aderiram ao Pronasci, é importante destacar que neste Guia encontrarão bom acervo de consulta para ajudá-los a adotar esse modelo de gestão integrada.

Além das orientações contidas neste Guia, é importante consultar a Lei nº 11.530/ 2007, que institui o Pronasci, a Lei nº 11.707/ 2008, que prevê a criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, bem como manuais e publicações afins do Ministério da Justiça.

Assessoria Especial de Assuntos Federativos
Ministério da Justiça

PRONASCI

O NOVO PARADIGMA DA SEGURANÇA PÚBLICA

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci inaugura um novo paradigma de segurança pública, pautado em duas grandes inovações:

1. Articulação entre ações de segurança e ações de natureza sociais e preventivas, atuando nas raízes socioculturais da violência e da criminalidade, por meio do fortalecimento dos laços comunitários e das parcerias com as famílias, sem abdicar das estratégias de ordenamento social e repressão qualificada;
2. Fomento de uma agenda federativa compartilhada, com o envolvimento de todos os entes, acrescentando, ao papel basilar dos estados, o Governo Federal, com indução de políticas e financiamento, e os municípios, com papel ativo nas ações de prevenção.

Esse novo paradigma se traduz na promoção de um projeto de inclusão e fortalecimento da coesão social, por meio do empoderamento das relações entre operadores de segurança e sociedade civil e do acesso a um Estado qualificado.

De fato, o Pronasci surgiu como resposta a uma nova e complexa conjuntura. De um lado, garantir direitos fundamentais aos cidadãos, no contexto de uma nova ordem mundial, cuja macrolegalidade incita os estados nacionais a renunciarem a elementos centrais de sua soberania e de seu ordenamento jurídico, gerando em todas as esferas um profundo sentimento de insegurança. De outro lado, como resposta a um contexto de tensão social do país, caracterizado pelo crescimento desestruturado das periferias das grandes cidades brasileiras e marcado por altos índices de criminalidade e violência, que atinge principalmente os mais jovens. Por fim, para superar um modelo ultrapassado de política de segurança pública, que tem como fundamento, quase que exclusivamente, uma atividade que se desenvolve após o cometimento do delito em lugar de desenvolver ações que evitem que o mesmo venha a acontecer.

Saiba mais:

- O Pronasci foi instituído pela Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007.
- As ações do Pronasci prevêem três focos de atuação: 1) foco territorial: atuando em regiões urbanas com altos índices de criminalidades; 2) foco etário: priorizando a juventude, particularmente grupo de jovens entre 15 e 24 anos, que vivem às margens da criminalidade

ou já tiveram problemas com a lei; e por fim,
3) foco policial: favorecendo a formação e valorização das forças de segurança.

- No total, são desenvolvidas 94 ações, combinadas em ações estruturais na área policial e programas locais junto às comunidades.
- O Pronasci tem entre suas metas gerais:
 - 1) beneficiar 3,5 milhões de pessoas entre profissionais, jovens e suas famílias;
 - 2) reduzir a taxa de homicídio, nos próximos quatro anos, em aproximadamente 60%.
- O Pronasci será levado gradualmente a todo o país até 2012;
- O investimento previsto é de R\$ 6,7 bilhões;
- Para mais informações acesse o site:
www.mj.gov.com.br/pronasci.

Desfazendo nós:

A sociedade deve formar cidadãos e criar condições para reduzir a vulnerabilidade social.

SEGURANÇA PÚBLICA

COMPROMISSO DE TODOS

A Constituição de 1988 propôs um novo pacto federativo priorizando a atuação cooperativa no campo das relações intergovernamentais, sobretudo quando se trata da ordem social. Tal aspecto objetivou reduzir esforços e otimizar soluções de problemas comuns que, muitas vezes, só são possíveis por meio de ações conjuntas dos três entes federativos.

10



O Pronasci vem exercitando, de forma significativa, esse pacto federativo envolvendo União e estados, além de incluir pioneiramente os municípios como protagonistas nas questões de segurança pública. Assim, os municípios emergiram com o propósito de desempenhar, entre outros, os seguintes papéis na luta contra a violência e a criminalidade:

1. Atuar na promoção da cultura da paz, mediante a implantação de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e da criminalidade;
2. Mobilizar toda a sociedade, fomentando práticas democráticas e participativas com o fim de produzir e disseminar a percepção de segurança na população.
3. Priorizar a dimensão local, formulando pautas e ações conjuntas que atendam as realidades da cidade, uma vez que são nas localidades específicas onde o cidadão reside que o mesmo deve se perceber seguro.

Os municípios se constituem em locus privilegiado de formulação e implementação no que diz respeito à segurança pública.

Para tanto, a atuação conjunta desses atores é colocada em prática nos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais – GGIM, que são colegiados de gestão integrada do sistema de segurança pública e defesa social que têm como pressuposto a prevenção.

Saiba mais:

- A adesão pelos estados e municípios ao Pronasci é realizada de forma voluntária, observada a legislação, mediante Instrumento de Cooperação Federativa.
- O Instrumento de Cooperação Federativa prevê, dentre outros, as seguintes condicionalidades:

- Criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal;
 - Participação na gestão e compromisso com as diretrizes do Programa;
 - Compartilhamento das ações e das políticas de segurança, sociais e de urbanização;
 - Disponibilização de mecanismos de comunicação e informação para mobilização social e divulgação das ações e projetos do Programa.
- Para fins de execução do Programa serão estabelecidos convênios, ou outro instrumento congênere, entre os estados e municípios e o Ministério da Justiça, observada a legislação vigente.
 - Quaisquer estados ou municípios podem aderir ao Pronasci, desde que estejam afinados com os objetivos do Programa e se enquadrem às determinações da sua Lei de criação.

Desfazendo nós:

Qualquer município pode instituir o GGIM, independente de aderir ao Pronasci.

O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM

O Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM forma a estrutura gerencial local do Pronasci. Assim, enquanto principal ferramenta de gestão, garante sua viabilidade operacional, reunindo o conjunto de instituições que incide sobre a política de segurança no município, promovendo ações conjuntas e sistêmicas de prevenção e enfrentamento da violência e da criminalidade e aumentando a percepção de segurança por parte da população e a valorização dos servidores públicos que atuam na área de segurança em todas as esferas.

14



A gestão integrada e a atuação em rede dos GGIM permitem, de forma sistêmica, maior eficiência no enfrentamento da violência e da criminalidade, uma vez que evitam o isolamento e a fragmentação dos vários segmentos que compõem a área da segurança pública.

Os GGIM estão aportados em três grandes eixos:

- **Gestão integrada** – pauta-se na descentralização da macropolítica e atua de forma colegiada nas deliberações e execuções de medidas e ações conjuntas a serem adotadas para combater a criminalidade e prevenir a violência, no âmbito local, reunindo os vários segmentos que compõem a segurança pública. Opera pelo consenso, sem hierarquia. Isto é, as decisões são tomadas de comum acordo entre os membros, respeitando as autonomias institucionais dos órgãos que compõem o GGIM.
- **Atuação em rede** – o GGIM pressupõe uma rede de informações, experiências e práticas estabelecidas, que extrapolam os sistemas de informações policiais e agregam outros canais de informações. Além de apresentar um corpo gerencial plural e multidisciplinar, o GGIM mobiliza toda a população, atuando enquanto espaço de interlocução com os cidadãos sobre violência e criminalidade. Nesse caso, a ampliação dessa participação popular envolve a interação intensa do GGIM com os fóruns municipais e comunitários de segurança.

- **Perspectiva sistêmica** – o GGIM concebe em sua estrutura espaços inovadores que aliam informação e tecnologia e planejamento e gestão na promoção de políticas de segurança. O pleno funcionamento dessa estrutura prevê a sinergia entre as partes, garantida pelo fluxo informação – reflexão – ação.

Saiba mais:

- A Lei 11.707, de 2008, prevê a criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal enquanto condicionante para adesão ao Pronasci.
- Os GGIM são instituídos formalmente por normativa própria, devendo no regimento interno contemplar as atribuições e tarefas dos seus integrantes;

Desfazendo nós:

Os GGIM não devem se constituir em organismos meramente formais, mas atuar com efetividade na busca de resultados.

CONHECENDO O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM

HISTÓRICO

O Gabinete de Gestão Integrada Municipal resulta do acúmulo de experiências e aprendizados positivos com base no trabalho integrado, desenvolvidos ao longo do tempo para o enfrentamento da violência e da criminalidade.

17

Serviram de parâmetro ao GGIM as iniciativas das forças-tarefas e, posteriormente, dos Gabinetes de Gestão Integrada Estadual, adotadas com o fim de superar os resultados, nem sempre satisfatórios, das operações policiais tradicionais.

- **As forças-tarefas** são as primeiras iniciativas de cooperação interinstitucional, agregando em operações pontuais as várias forças policiais em prol de um mesmo objetivo.

Verificou-se que as operações policiais tradicionais, marcadas pelo isolamento e fragmentação de esforços das corporações, apresentavam resultados inferiores, enquanto as forças-tarefas, de forma inversa, eram bem sucedidas ao concentrar-se nos objetivos e reunir condições materiais e humanas adequadas e compatíveis para tanto. A fragilidade dessa iniciativa encontra-se na transitoriedade, em que uma vez resolvida a questão, os laços de cooperação são rompidos, dando lugar ao isolamento do trabalho padrão das corporações policiais.

- **Os Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais** constituem um avanço da experiência anterior e funcionam como força-tarefa permanente e contínua, por intermédio de um processo de institucionalização.

A grande preocupação referente à institucionalização recaía sobre a necessidade de manter a autonomia das instituições participantes. Para tanto, ficou acordada a inexistência de qualquer hierarquia que maculasse essa autonomia.

Os GGIE são compostos pelas polícias estaduais e federais, a secretaria de segurança e de assuntos penitenciários, a Perícia, pelo menos um representante estadual das Guardas Civis municipais, e, por convite, as Forças Armadas, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Com o enfoque estadual, a representação de autoridades municipais não se faz presente.

A participação social dá-se por intermédio de conselhos sociais ou comunitários de segurança. E, de forma embrionária, os GGIE desenvolvem ações preventivas e educativas.

Os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais ampliam a proposta do GGIE a partir da emergência da participação municipal. Por intermédio do GGIM, o aprofundamento da relação entre ações preventivas e ações repressivas ocorreu de forma efetiva.

Trata-se de um salto qualitativo para a segurança pública, saindo da concepção estritamente reativa do policial para a proatividade do operador de segurança, com ênfase na prevenção.

CONHECENDO O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM

COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

O GGIM articula as três esferas de governo e as diferentes forças de segurança pública e reúne em sua composição mínima:

- Prefeito Municipal
- Autoridades municipais responsáveis pela segurança pública e defesa social
- Autoridades municipais responsáveis pelas ações sociais e preventivas;
- Autoridades estaduais da área de segurança que atuam no município: Polícia Civil, Polícia Militar e Defesa Civil
- Autoridades federais que atuam no município: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal*
- Ministério da Justiça*

* Quando existir representação.

Outros representantes de entidades públicas ou privadas, da Magistratura, da Defensoria Pública, do Ministério Público, por exemplo, poderão ser convidados a participar de reuniões e atividades do Gabinete, em especial os fóruns comunitários e municipais de segurança pública.

A participação desses representantes se dá na condição de convidados e não garante assento ao Pleno, considerando que o mesmo se constitui em fórum deliberativo e executivo que envolve ações de enfrentamento da criminalidade e que, portanto, requer cuidados adicionais de segurança aos participantes.

As reuniões são restritas aos integrantes do Pleno, salvo os convidados pela presidência, previamente acordados. E devem ocorrer, pelo menos, uma vez ao mês, com deliberações registradas em ata.

GGIM é uma rede que atua para propor ações integradas e promove o intercâmbio de informações e experiências, alimentando o sistema de planejamento e de políticas municipais preventivas de segurança pública.

Saiba mais:

- O GGIM conta com a seguinte estrutura administrativa:
 - Colegiado Pleno
 - Secretaria executiva
 - Observatório de Segurança Pública
 - Sala de Situação e Operações
 - Estrutura de formação e qualificação
 - Espaço multidisciplinar de prevenção

- O Colegiado Pleno é a instância superior com funções de coordenação e deliberação, responsável por decidir quais ações e medidas serão adotadas para combater a criminalidade e prevenir a violência.
- Conforme deliberação do Pleno, cada GGIM deve ter um corpo gerencial multidisciplinar e intersetorial de profissionais para compor sua estrutura.
- As despesas com pessoal correrão por conta da dotação orçamentária das instituições participantes.
- Ao Ministério da Justiça cabe dotar os GGIM com equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento, por módulos, de acordo com a disponibilidade física e de pessoal apresentada pelo município.

Desfazendo nós:

O GGIM não representa exclusivamente o interesse da prefeitura e sua administração. Representa o interesse da sociedade local.

CONHECENDO O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM

GESTÃO

O sucesso do Pronasci em incidir na diminuição da violência e no aumento da segurança cidadã de maneira sustentada está sujeito ao desempenho forte e atuante do Gabinete de Gestão Integrada Municipal.

24



Esta implicação remete à capacidade dos GGIM de intervir de forma estruturada nos processos de gestão dos projetos e ações endereçados aos territórios, observando os seguintes procedimentos:

- Realizar planejamento consistente, por intermédio da percepção da realidade, estruturando o trâmite adequado e articulando de forma eficiente os meios disponibilizados aos fins propostos;
- Desempenhar coordenação ativa, por meio da criação das condições necessárias para a atuação nas localidades;
- Desenvolver avaliação continuada, mediante o monitoramento das ações e seus resultados.

O GGIM rompe com a exclusividade da perspectiva imediatista das ações policiais em resposta à crise e projeta soluções com foco estratégico, de médio e longo prazo, estabelecendo o planejamento efetivo da segurança, configurado nos planos e programas locais.

A estruturação dos processos de gestão pressupõe a participação e a articulação de todos, visando um fim comum estimulado pela integração e pelo respeito a multisetorialidade dos seus integrantes.

“Sem gestão não há política de segurança”

Dessa forma, entende-se que o grande instrumento de gestão do Pronasci é o Gabinete de Gestão Integrada Municipal.

Saiba mais:

- Compete ao Gabinete de Gestão integrada Municipal estabelecer as diretrizes e prioridades dos programas e ações integradas de segurança pública e urbana municipal.
- O prefeito é o presidente do GGIM e a ele cabe supervisionar as atividades do Gabinete, promovendo as medidas necessárias ao cumprimento de sua finalidade.
- Cabe também ao prefeito escolher o secretário executivo do GGIM.
- A Secretaria executiva é responsável pela gestão e execução das deliberações e pela coordenação das ações preventivas do Pronasci.

- Aos demais membros, cabe participar das reuniões, debatendo e deliberando as matérias em exames, e participar de outras atividades promovidas pelo Gabinete, quando indicados.
- Cada membro titular do Gabinete deve ser nomeado e ter seu suplente indicado pelo respectivo órgão integrante, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.
- Os membros designados pelos órgãos integrantes devem possuir representatividade nos seus órgãos e deliberar sobre matérias consideradas relevantes ou urgentes.
- Os órgãos integrantes do Gabinete devem fornecer informações e dados solicitados em função dos estudos, planos e projetos em apreciação, desenvolvimento ou acompanhamento.

Desfazendo nós:

A alternância e substituição dos membros no Gabinete devem ser evitadas, pois geram descontinuidade e prejudicam o andamento das matérias abordadas.

CONHECENDO O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Observatório de segurança pública é parte da estrutura do GGIM e é responsável pela gestão do conhecimento, produzindo e sistematizando informações por meio de estudos e análises científicas. Sua atuação permite encontrar a melhor forma de enfrentar os problemas de segurança pública da cidade.

28

O propósito do Observatório de Segurança Pública é trabalhar a informação para que a mesma se torne a principal ferramenta de ação policial no GGIM e viabilize a produção de uma inteligência voltada para a tomada de decisões, tanto no que se refere à constituição de diagnósticos quanto à identificação de demandas.

O conhecimento produzido pelo Observatório é resultado do intercâmbio de informações, experiências e práticas que extrapolam os sistemas tradicionais de informações policiais e agregam outros canais de informações, tais como a integração com instituições de ensino e centro de pesquisas.

A participação dessas instituições de ensino e centros de pesquisas é colaborativa, com a finalidade de oferecer a *expertise* acadêmica para acompanhar o desenvolvimento de estudos e pesquisas. Essa parceria possibilita capacitar os operadores de segurança pública para a formulação, uso dos resultados, gestão, monitoramento e avaliação dos projetos desenvolvidos.

É importante que os estudos conduzidos pelo Observatório contemplem a realidade local, focado na comunidade, e identifiquem o perfil da violência e os fenômenos relacionados ao crime naquela localidade, além de medir a percepção da população quanto à segurança pública e definir quais ações devem ser implantadas.

O Observatório de Segurança Pública viabiliza a produção de um inteligência voltada para a tomada de decisões, dotada da missão de qualificar o conhecimento relativo aos fenômenos criminais e violentos, tanto no que se refere à constituição de diagnósticos quanto à identificação de demandas.

Saiba mais:

- O Observatório de Segurança Pública pode integrar várias fontes de dados, tais como:
 1. Sistema de informação policial – disponibiliza dados de natureza estatística policial: diagnóstico das ocorrências, análises estatísticas e informações obtidas a partir de sistema de geoprocessamento, entre outros;
 2. Pesquisa de vitimização – reúne dados de natureza qualitativa sobre ocorrências e vítimas a partir de experiências com diversas formas de violência relatadas por membros da comunidade. É uma fonte valiosa de informações, com os quais é possível aprofundar os movimentos da criminalidade, oferecendo alternativas complementares aos problemas de subestimativas presentes nas estatísticas oficiais;
 3. Outros sistemas – reúnem dados sobre a situação socioeconômica da população, como, por exemplo, os que são gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e pelo Banco de dados do Sistema Único de Saúde - Datasus.

Desfazendo nós:

Os municípios precisam dominar o processo de produção do conhecimento para que a cidade se torne inteligente.

CONHECENDO O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM

SALA DE SITUAÇÃO E OPERAÇÃO

A Sala de situação e operações é dedicada à gestão das ações policiais integradas, mediante a obtenção de dados da situação em tempo real, reunindo em único local a tecnologia e as informações necessárias para o planejamento e a ação imediata dos agentes de segurança pública no controle da criminalidade e das situações de risco.

A sala de situação e operações serve para catalisar informações produzidas na rotina do município, reunindo três espaços que se complementam funcionalmente: central de videomonitoramento, central de teleatendimento e sala de intervenção de crises

- **Central de Videomonitoramento** – Espaço dedicado ao monitoramento, por meio de câmeras de vídeos, dos principais pontos da cidade. O videomonitoramento coleta imagens e características dos delitos cometidos nas áreas monitoradas. Além da função de vigilância, também serve para mapear as zonas de criminalidade e violência nessas áreas.

- **Central de Teleatendimento** – canal de atendimento direto à comunidade, abrangendo disque-denúncia, além de outros serviços multisetoriais demandados. O teleatendimento permite, revestido do sigilo, receber denúncias anônimas feita pela comunidade com informações que ajudam na investigação de crimes e delitos.
- **Intervenção de crises** – Espaço destinado ao gerenciamento rotineiro das demandas da central de videomonitoramento e teleatendimento. A sala de intervenção de crise possibilita o compartilhamento de responsabilidade e a distribuição de tarefas demandadas.

É importante compreender a necessidade da cooperação entre as instituições locais, pois a pronta informação decorrente da tecnologia, e em particular o videomonitoramento, não teriam qualquer serventia se não dispusesse de infra-estrutura de intervenção operacional.

Saiba mais:

- A sala de situação e operações é um espaço instrumental de congregação e cooperação, que opera 24 horas por dia, com o propósito de acolher os representantes do GGIM e qualificar as ações integradas de repressão da violência e da criminalidade.
- Os locais prioritários para operar o videomonitoramento são áreas de grande adensamento populacional em horários comerciais ou em momentos de lazer; entrada e saída da cidade; cruzamentos viários de grande fluxo de veículos; vias nas quais se registram grande acidentalidade; e equipamentos públicos com vocação para ocorrência de delitos e desinteligência.
- A central de teleatendimento permite integrar, por meio de parcerias, serviços de disque-emergência com a Guarda-municipal, polícia militar, bombeiros, Samu, Trânsito, entre outros.

Desfazendo nós:

GGIM não é só videomonitoramento. É muito mais!

CONHECENDO O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM

ESPAÇO MULTIDICIPLINAR DE PREVENÇÃO

O Espaço multidisciplinar de prevenção opera na gestão das ações preventivas, com o apoio de uma equipe multidisciplinar que prove o GGIM com informações e identificação dos problemas locais a serem solucionados.

34

De fato, a equipe multidisciplinar trabalha junto à comunidade e sua atuação incide desde a identificação das dimensões envolvidas para reduzir e evitar a violência até a criação das condições necessárias para implementação dos vários programas locais instituídos pelo Pronasci.

*É uma nova concepção da segurança,
com o objetivo de fortalecer
os laços comunitários e criar
condições para o acesso a políticas
públicas sociais.*

Saiba mais:

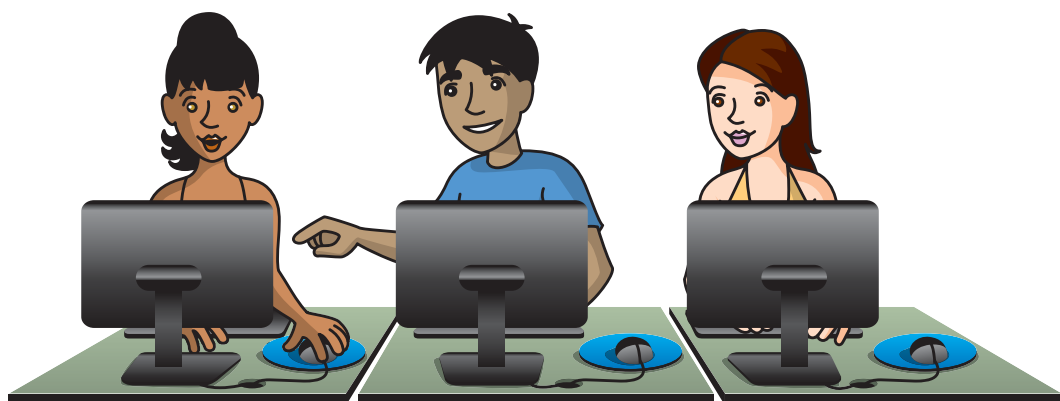
Dentre os programas locais instituídos pelo Pronasci, destacam-se:

1. Protejo – Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável, destinado à formação e à inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci.
2. Mulheres da Paz – O Projeto Mulheres da Paz é destinado à capacitação de lideranças femininas atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci e tem como foco a mobilização social para afirmação da cidadania e a articulação com jovens e adolescentes, com vistas a sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras.

CONHECENDO O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL - GGIM

ESTRUTURA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A Estrutura de formação e qualificação é voltada à Gestão da Comunicação, Formação e da Mobilização e apoia ações de educação e valorização profissional dos operadores de segurança pública, além de mobilizar a sociedade e disseminar conhecimentos que auxiliem na construção de uma cultura da paz.



A Estrutura de formação e qualificação conta com telecentro equipado com computadores interligados em rede local e acesso à internet, que permitem a participação desses operadores em programas de educação continuada a distância, ofertando cursos e treinamentos desenvolvidos em parcerias com o Ministério da Justiça.

“Nunca é cedo ou tarde demais para se aprender.”

Saiba mais:

- O Pronasci prevê a ampliação e consolidação da Rede Nacional de Educação a Distância, ofertando cursos em temas relacionados à área de segurança pública, como direito e cidadania, tráfico de pessoas, criminalidade e prevenção, uso moderado de força e combate à lavagem de dinheiro.
- É viabilizado amplo acesso a todos os policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários, agentes carcerários e peritos que demonstrarem interesse nos cursos de qualificação.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A construção de uma sociedade mais justa e menos violenta depende da participação de todos. A segurança pública é uma responsabilidade coletiva e cada cidadão tem o direito de participar da construção da sua própria segurança.

Os Fóruns municipais e comunitários de segurança atuam como estes canais de interlocução entre população e policiais e contribuem para a mobilização social em defesa do direito à segurança, analisando e discutindo estratégias de atuação na região.

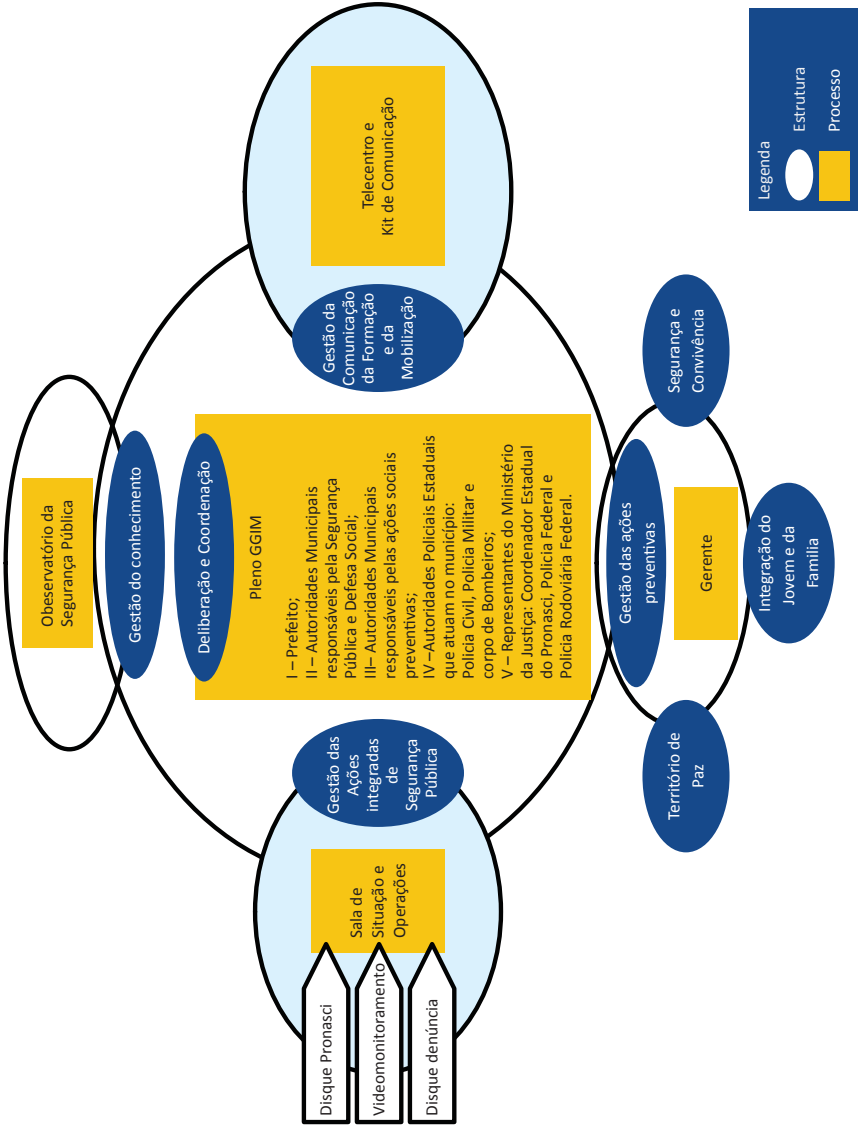
38

Ciente que a participação da sociedade é fundamental para o êxito das ações do Pronasci e deve ser incentivada e prestigiada pelo poder público, o GGIM deve interagir intensamente com os Fóruns municipais e comunitários de segurança para fins de constituir uma política municipal preventiva de segurança pública. Na pauta das discussões, os diversos setores organizados da sociedade abordam temas relativos ao exercício da cidadania, identificando demandas da população, métodos de ações preventivas e resultados pretendidos.

Essa ação participativa legitima a tomada de decisão e orienta o Gabinete a adotar medidas que realmente atendam ao interesse público e garantam uma cultura da paz.

“Paz sem voz, não é paz, É medo!”

DIAGRAMA CONCEITUAL



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. (2007). Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Justiça. Assessoria Federativa. (2009). Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM – Pronasci. Apresentação.

BRASIL. Ministério da Justiça. Assessoria Federativa. (2009). Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Apresentação.

BRASIL. Ministério da Justiça. Senasp. (2009). Memorial Descritivo Gabinete de Gestão Integrada. Mimeo.

BRASIL. Presidência da República. (2008). Guia Básico para Gestão nos Municípios. Brasília, DF.

FERNANDES, Magda. (2009). Refletindo sobre o Observatório de Segurança Pública. Mimeo.

FOLEY, Gláucia Falsarella. (2008). Projeto Redes de Paz, Mimeo.

SOARES, Luiz Eduardo. (2007). Gabinete de Gestão Integrada da segurança Pública: Gênese, Implantação, Desdobramento. Mimeo.

TREVAS, Vicente. (2007). Reflexão sobre os Territórios da Paz. Mimeo.

Ministério da Justiça

Assessoria de Comunicação Social – Esplanada dos Ministérios, Bloco T,
Edifício Sede, 4º Andar, Sala 412
CEP 70064-900
Fone: (61) 3429-3000
www.mj.gov.br/pronasci

Editoração eletrônica

Supernova Design

Ilustrações

Caio Oishi

Revisão

Alessandro Mendes

Para mais informações sobre o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, acesse www.mj.gov.br/pronasci

PRONASCI

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Ministério
da Justiça

